

Resenhas

O Melhor do Jornalismo em Revista

Cadernos de Jornalismo e Editoração. Publicação do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, São Paulo — N.º 18, novembro de 1986, 82 pp.

Em dezembro de 1984 a Escola de Comunicações e Artes da USP promoveu o I Curso de Aperfeiçoamento para Professores e Jornalistas, com o patrocínio do Ministério da Educação, da Editora Abril e da *Gazeta Mercantil*. As exposições feitas e a posição das empresas que apoiaram o projeto foram reunidas no volume 18 de *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, com data de novembro de 1986, mas que teve a sua execução terminada em meados de 1987. O tempo nada influiu negativamente nos textos transcritos. Serviu, antes, para confirmar que o Curso mais se valorizou, tornando a revista um documento que será útil como apoio aos pesquisadores da Comunicação. Aliás, o n.º 18 dos *Cadernos* tem como destaque, ao pé da primeira página, a indicação dos assuntos que insere: *Ensino de Jornalismo*. E é o que realmente se aprende, em suas 82 páginas.

Por que empresas particulares se uniram à ECA/USP nessa realização, quando mais acirrada ia a luta (que ainda prossegue) contra a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista? A Editora Abril, pela palavra de Roberto Civita, explicou que se não

houvesse essa cooperação "estariamos permitindo que se ampliasse o abismo entre a universidade e o mercado de trabalho, fazendo da formação acadêmica um exercício frustrante, estéril e indignado, quando deve ser uma jornada otimista, instigante e desafiadora". Para a *Gazeta Mercantil*, segundo o seu diretor Luís Fernando Levy, "a evolução dos meios de comunicação e sua importância na comunicação social sugerem um permanente esforço de reciclagem entre empresas e professores e através destes os estudantes, futuros profissionais que precisam acompanhar o desenvolvimento tecnológico e conceitual da atividade". A professora Esther de Figueiredo Ferraz, então Ministra da Educação, lembrou que "um dos mais importantes indicadores do grau de maturidade democrática de um país é, indiscutivelmente, a sua imprensa", pois "não existe democracia autêntica sem uma imprensa independente, honesta, corajosa, livre mas também responsável — uma imprensa que concretize na diuturnidade de sua história e no exercício pleno de sua autonomia, o direito de comunicar".

Victorino Prata Castello Branco relatou as suas dificuldades quando instalou, no Brasil, o 1.º Curso de Jornalismo na sede da APISP (Associação dos Profissionais de Imprensa de S. Paulo), enquanto que, paralelamente, "fazia conferências e discursos sobre o assunto" nas cidades vizinhas à capital e na ABI. Perseguido pelos próprios jornais, foi ameaçado de processo por abusar da credibilidade pública, porque

se propunha a ensinar jornalismo, profissão que, segundo os seus detratores, só exigia vocação e... nenhum estudo! Luiz Beltrão, o incomparável mestre, recordou que, ao ingressar em 1936, no *Diário de Pernambuco*, pelas mãos de Aníbal Fernandes, seu redator-chefe, dele aprendeu que o jornalismo era essencial ao funcionamento do organismo social e, depois, na vivência universitária, convenceu-se de "que somente aqueles povos que haviam aberto aos jornalistas as portas da formação ou do aperfeiçoamento a nível universitário, poderiam um dia contar com defensores conscientes dos Direitos do Homem". Pompeu de Souza, que trabalhou no extinto (e excelente) *Diário Carioca*, modernizou-o e ainda "carrega o sentimento de culpa de ter criado a figura do copydesk no Brasil".

Após o depoimento dos três veteranos jornalistas e também primeiros professores nessa área, a Revista reproduz as aulas do Curso. Getúlio Bittencourt ensinou as melhores fórmulas para a cobertura política, analisada sob aspectos ligados à Economia, que a *Gazeta Mercantil* apresenta diferenciada dos outros grandes diários, concentrando-se nos temas principais do dia. Quem desejar conhecer a história das revistas brasileiras, como se diversificaram e atingem tiragens que surpreendem, terá na exposição de Thomaz Souto Corrêa uma das melhores sínteses sobre essa fatia da imprensa, que leva em conta, na sua segmentação, o sexo, a idade, a classe sócio-econômica, a natureza do conteúdo editorial, o interesse do público leitor e a área geográfica em que circula cada veículo.

O futuro da grande maioria das empresas de comunicação no Brasil reclama reflexões que podem ter, como ponto inicial a aula de João Bosco Lodi, a quem não escapou

a observação de que quase todas elas são constituídas de organizações familiares "com a exceção de algumas cooperativas e das estatais do setor de TV, Rádio, Jornalismo, Editoras e Agências de Notícias". Na conquista de tiragens e de espaços territoriais não pode preponderar a vontade da diretoria que tenha na presidência o patriarca e, após ele, os filhos e netos, nem sempre profissionais do ramo das comunicações, mas orientadores (bons ou maus) de eficientes jornalistas que eventualmente se vêem tolhidos no seu trabalho, que poderia ter maior rendimento, se livre de influências.

O n.º 18 de *Cadernos de Jornalismo e Editoração* vale por e como um bom livro, pois reuniu o que foi exposto na ECA/USP por teóricos e práticos que, no decorrer de anos de suas atividades, somaram experiências e conhecimentos e, em 1984, foram narrá-las a professores. Os textos integrais nesta revista convencem quando os autores discorrem sobre o processo evolutivo das técnicas e os esforços à procura de maior número de receptores das mensagens jornalísticas.

Mário L. Erbolato
Pontifícia Universidade
Católica de Campinas

Comunicação e Cultura

PINTO, Virgílio Noya — *Comunicação e Cultura Brasileira*.
São Paulo, Editora Ática, 1986,
77 pp.

O texto de Virgílio Noya Pinto é um sinal do muito que ainda temos a fazer para produzir visões de conjunto dos segmentos culturais brasileiros. A despeito da preocupação cronológica, na qual comunicação e cultura são traduzidas em paralelo, sem maiores

interpretações, aqui e ali surgem sinais dos novos rumos a que temos de seguir na consecução de pesquisas diacrônicas, capazes de explicar a nossa modernidade cultural.

O livro toca nos pontos que devem ser desenvolvidos: os processos de produção, circulação e consumo da cultura, sem os quais continuaremos a repetir fórmulas generalizantes e preconceituosas, tais como as camisas-de-força da cordialidade, pacifismo, nacionalismo, tristeza e outras visões edênicas, aliás bem analisadas pelos trabalhos de Carlos Guilherme Mota, especialmente em *Ideologia da Cultura Brasileira*.

Carecemos efetivamente de rever e reouvir as expressões da história do país e de testar as razões e as formas pelas quais gerenciamos o espaço do país, sob a batuta do capitalismo dependente.

De uma conceituação ampla de cultura, o livro objetiva o recorte de situações de comunicação com que pretende trabalhar:

1. O conjunto das relações dos homens entre si;
2. O conjunto das formas de expressão de que se serve o homem;
3. O conjunto das relações dinâmicas entre os homens e seu meio natural.

De imediato, observa-se que o tripé de enfoque está vincado pela desigualdade, quer de distribuição, quer de valorização. Desiguais são as formas do fazer na infra-estrutura e desiguais também o são na superestrutura.

O país desigual e produtor da desigualdade vai da Polônia ao tempo da indústria cultural e da comunicação massiva entre páldas assimilações, acomodações possíveis, variadas formas de dominação e forte tendência à clandestinidade no processo de transmissão cultural, tudo ao sabor das tendências

monolíticas exemplarmente simbolizadas pelos governos autocráticos da Metrópole e pelos ciclos avassaladores da monocultura: açúcar, minério, café...

Por isso, destacam-se as resistências, sob a forma de livros, panfletos, jornais e outros veículos portadores dos germens da libertação, tanto antes quanto depois da nossa era de Gutenberg, com o rei fugido. No contexto autoritário, melhor se entende a tendência messiânica dos panfletos:

"Animai-vos Povo Bahiense, que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais" (p. 23).

Com a complexificação da sociedade imperial, abrem-se as comportas do nosso discurso jornalístico, com abundância de *folhas*, a maior parte de vida curta, de propaganda-sigmo de urbanização e a mescla da frivolidade ideologicamente comprometida a par de novas resistências que apontam para além da República, também rapidamente aparelhada, conforme nos provou a campanha de Canudos. O que vai para além da República foi o espírito de compromisso da Literatura Brasileira e de certo jornalismo, os quais perdiam no como-fazer para ganhar na demonstração de conteúdos da realidade social. A Literatura foi economia, filosofia, geografia, história e sociologia quando não se poderia aprofundar nessas divisões científicas.

Demonstrando os enredos da dependência econômica e política do país: Portugal, Inglaterra, França, Estados Unidos, o livro vê chegar o tempo das Repúblicas, na qual a mesmice da alternância no poder ganha consistência com a cultura de massa e fortalece ciclos tipo Vargas, mas também é problematizada por novas formas de organização popular e político-partidária, que ensejam sofisticados tipos de censura. De qualquer modo, os

tempos Modernista-Moderno apontam para as graves contradições do país em seu fazer político-cultural, as quais, segundo as pessoas sérias e capazes de reflexão, não são resolvidas por modas mais ou menos tropicalistas ou novas e mais novas repúblicas. Sinais mais honestos são as reações organizadas de amplos setores da sociedade civil, que não se bastam nas *Diretas-Já*, mas persistem navegando pela rota áspera de um novo sistema de distribuição dos bens produzidos e pelo controle coletivo das formas de produção, em cuja consecução residiria certa harmonia do tripé das relações entre homem-terra-cultura informado no princípio da obra. Navegar é preciso...

Luiz Roberto Alves
Instituto Metodista
de Ensino Superior

A Comunicação Alternativa e Popular

FESTA, Regina e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.) — *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1986, 271 pp.

Trata-se de uma coletânea de textos sobre a comunicação popular e alternativa no Brasil. O livro é dividido em duas partes. A primeira parte com artigos de Regina Festa, Carlos Eduardo Lins da Silva, Raimundo Rodrigues Pereira, Valdeci Verdelho, Frei Betto, Luiz Roberto Alves, Laurindo Leal Filho e Luiz Fernando Santoro, discute a comunicação popular, a imprensa alternativa, imprensa sindical, as brechas da indústria cultural etc., no contexto histórico da efervescência dos movimentos sociais no período 1968 a 1983. Na segunda parte estão reunidos testemunhos, relatos e depoimentos de pessoas

ou grupos engajados em movimentos sociais. Esses escritos revelam a existência de uma práxis transformadora, entendida enquanto uma prática, a reflexão dela, a sistematização e sua documentação. Os depoimentos aqui reunidos tornam viva parte da história da classe trabalhadora, aquela parte reveladora das lutas e de formas de comunicação que vão sendo criadas apesar das condições limitadoras encontradas. Uma classe trabalhadora que age, resgata e sistematiza a ação, preserva sua memória e divulga a história sob a ótica dos oprimidos.

Nessa perspectiva este livro tem, entre vários méritos, o de sistematizar e divulgar essa história, que apesar de sua existência concreta nem sempre consta da história contada por outros que não seus protagonistas. É muito rica a história contada na forma como está no livro. Não são relatos frios. Ao leitor é possibilitado conhecer várias experiências de comunicação e através delas perceber as transformações, a metodologia, as dificuldades, a organização, a consciência de classe etc. Que falem, pelo menos um pouquinho, os protagonistas:

Disco Santo Dias da Silva: "A idéia do disco surgiu quando, no Comitê Santo Dias, a gente discutia as várias formas de preservar a memória do Santo e o próprio enraizamento que esta memória vinha tendo no movimento popular. /.../ O disco tem no lado 'A' músicas do campo e no lado 'B', da cidade. Passamos longo tempo selecionando músicas e os trechos de fala do Santo; ensaiando as músicas do disco. O disco abre com a fala da viúva, com o que ela disse no 1.º aniversário da morte do Santo, chamando para a continuidade da luta. E depois vem o próprio Santo, falando sobre o direito de trabalho no campo. Em seguida, entra uma série de músicas do campo: Hino

da Reforma Agrária, Hino Corrente Sindical Lavradores Unidos, de Santarém, uma música muito cantada pelas comunidades de base do campo, o 'Louvado Seja' da Igreja Católica e um depoimento do Santo em que fala como foi expulso do campo. Logo depois do depoimento dele, uma música que se chama 'Trabalhar a Terra', que faz um elogio ao trabalhador do campo. O lado 'B' começa com um trem simbolizando a migração, depois vem o Hino dos Grevistas. O hino é quebrado por um tiro, um símbolo do assassinato do Santo. Depois vem músicas feitas para o Santo Dias por um padre que trabalhava em São Paulo, uma música feita pelo grupo Canta Poema, simbolizando o velório do Santo. No meio dessa música, o Santo falando da possibilidade dele morrer, de ser assassinado. /.../ A gente desmistificou a indústria de discos. Fizemos um disco com trabalhadores, em memória de um trabalhador"...

O Treta, grupo de teatro do Sindicato dos Bancários: "A proposta do grupo é ocupar a rua. A gente quer usar a rua para se manifestar. /.../ No teatro concebido pela burguesia o ator é dono da verdade e o espectador vai lá contemplar essa verdade. Na rua, o ator propõe uma coisa e o público participa, chega junto. /.../ O nosso espetáculo não é de improviso, mas é livre. /.../ Em relação ao trabalho no sindicato, a gente acompanha, por exemplo, uma negociação entre os banqueiros e os bancários. E vai juntando elementos para trabalhar. Lemos e discutimos o 'Suplemento Diário' todos os dias. /.../ Quando chegamos na rua, encontramos o cara que está desinformado. /.../ Ele vai colocando questões novas".

Ou o cordel (trechos de "O Pelé Camaleão"):

"O que vamos relatar
É a história de um traidor
Que deixou de ser operário
Vendendo-se sem pudor
Mandou operário prá trás da grade
É Joaquim dos Santos Andrade
o nome do delator.

O Sindicato dos Metalúrgicos
É uma grande força da nação
Reune 426 mil trabalhadores
E significa grande união
Só em São Paulo — Capital
É uma força vital
Que põe medo no patrão".

Um livro indispensável na bibliografia do estudante de comunicação e certamente necessário também aos movimentos populares e sindicais. Finalmente, um desafio: que os autores preparem um segundo volume historiando a comunicação popular a partir de 1984.

Cicília M. Krohling Peruzzo
Universidade Federal do
Espírito Santo

Comunicação: Igreja e Povo

GOMES, S. J., Pedro Gilberto —
Cultura, Meios de Comunicação e Igreja. São Paulo, Loyola, 1987, 71 pp.

Cultura, Meios de Comunicação e Igreja propõe-se a ser uma reflexão sobre a cultura, os meios de comunicação e a Igreja, como o autor esclarece na introdução. Trata ainda de: "Direito a participar na produção da comunicação dentro da Igreja", da "Cultura: uma dimensão negada dentro da Igreja?", "Cultura e Comunicação de Massa: submissão ou resistência?", "Leitura Crítica da Comunicação: um deslocamento necessário" e "Teologia da Libertação e meios de comunicação grupal: uma tentativa de democratizar a comunicação".

No primeiro capítulo — “Direito a participação na produção da comunicação dentro da Igreja” — o autor levanta a importante questão da participação do leigo na Igreja, e cita o Concílio Vaticano II: “A Igreja é fundamentalmente povo de Deus; todos participam do magisterial de Cristo, também os leigos”. Repetindo palavras de dom José Maria Pires, reconhece que “o processo que se estabelece de comunicação dialogal na comunidade é totalmente novo na Igreja”.

No segundo capítulo, Pedro Gilberto introduz uma interrogação: “Cultura: uma dimensão negada pela Igreja?”, afirmando que “a preocupação cultural sempre esteve presente na Igreja Católica”. Apresenta “religiosidade, festas populares e ações de resistência, como uma dimensão cultural inegável”.

No terceiro capítulo, o autor, mais uma vez, introduz uma interrogação: “Cultura e Comunicação de massa: submissão ou resistência?”. Afirma que o texto não pretende dar uma resposta definitiva ao questionamento, mas coloca a luta estabelecida: “Tem-se, por um lado a cultura do país que tenta resistir à uniformização e ao massacre a que é submetida, e, por outro lado, a cultura dita planetária, que tenta se impor como única e soberana no país. Há uma luta constante”. E “é na luta frente à influência e ao domínio da cultura de massa, que a cultura do país subsistirá e reforçará a sua identidade própria”.

No quarto capítulo — “Leitura Crítica da Comunicação: um deslocamento necessário” — Pedro Gilberto analisa o anteprojeto da LCC elaborado em 1982 por João von Tilburg pesquisador da FASE e, na época, conselheiro da UCBC. A proposta educacional deste anteprojeto partia da afirmação de que “o Estado, mediante os meios de comunicação de massa, procura obter um ‘consenso’ em relação ao en-

tendimento da forma em que a produção da riqueza está organizada, projetando seus interesses expressos em valores, em vista da perpetuação do seu poder historicamente conquistado”.

O objetivo que se quer atingir com o curso LCC, diz o autor, “não é a simples decodificação dos signos, mas a confrontação entre a consciência do usuário e seu universo simbólico, por um lado, e a gama de valores veiculados pelos diversos meios de comunicação, por outro. Como resultado decorrente do próprio processo de leitura crítica, espera-se que o participante da LCC passe a compreender os mecanismos de produção e signagem”.

No quinto e último capítulo — “Teologia da Libertação e Meios de Comunicação Grupal” — o jesuíta, estudioso da teologia e da comunicação, apresenta a relação entre a teologia da libertação (TL) e meios de comunicação grupal (MCG) que, “por caminhos paralelos, tanto os questionamentos à teologia tradicional, quanto a revisão dos sistemas de comunicação levaram a um comprometimento com as classes marginalizadas no continente latino-americano”.

Afirma com a UCBC: “Dentro da reflexão que se pretende, o ponto de partida não deve ser nem a teologia, nem a comunicação, mas a luta pela LIBERTAÇÃO, para a qual converge um tipo de teologia — a teologia da libertação — e um tipo de comunicação — a comunicação libertadora”.

Para abordar corretamente esta relação entre TL e MCG, afirma Pedro Gilberto: “É necessário discutir, ainda que brevemente, os conceitos que nela estão envolvidos”.

“A teologia é a fala do povo que crê, comprometido com os dogmas e a luta dos oprimidos. É a reflexão sobre a fé do povo de Deus que luta pela libertação (UCBC). “A comunicação humana é um fenômeno essencialmente dialogal. Por

ser diálogo, trata-se de um processo de produção e recepção do sentido entre as pessoas, superando a mera informação de dados”.

Concluindo, afirma o autor: “A TL percebe que, na sua reflexão e na sua ação, a realidade da comunicação social não pode estar ausente, sob pena de esquecer um aspecto fundamental da vida humana hoje”.

Marta Alves d'Azevedo
Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

Independência no Vídeo

LONGHI, J. T., EWERT, R. E. e
Jatalon Equipe — *Vídeo Inde-
pendente*. São Paulo, Summus
Editorial, 1987, 125 pp.

O livro trata de uma gama extensa de problemas relacionados à criação, produção e difusão de vídeos e programas de televisão. A abordagem é enorme, variada e em alguns casos confusa para quem não está acostumado com a realidade e a linguagem do meio de produção televisual.

No primeiro capítulo, intitulado *Economia do Vídeo*, os autores tentam introduzir os leitores nos conhecimentos elementares e começam demonstrando uma correta diferenciação de conteúdo entre o que é vídeo e o que é televisão. Em seguida, valorizam o trabalho amador, de preferência em equipe, para satisfazer todas as etapas da produção televisiva. Falam da durabilidade das fitas, seus formatos e como conservá-las com segurança. Terminam explicando o que são as *comorders* nos formatos de meia polegada e de oito milímetros.

O segundo capítulo trata da *Prática de Vídeo*. Inicialmente ensinam como cabear e operar uma ilha de edição, os cuidados necessários para

com as câmeras, os tipos de cabos coaxiais e conectores de uso profissional em vídeo (com alguns desenhos para ilustrar o explicado). Por fim, analisam a transcodificação em oficinas e os problemas inerentes a uma boa exibição coletiva.

No terceiro capítulo, os autores abordam a *Linguagem de Vídeo*. Neste capítulo, tentam os autores esclarecer os delicados problemas de definição de conceitos que estabelecem o que é linguagem de vídeo/televisão. As ilustrações são extremamente precárias e dão a sensação de terem sido colocadas às pressas. Partem para preocupação da definição de uma audiência para o trabalho a ser realizado e passam confusamente pelos conceitos de continuidade, transições, duração de movimentos de câmera, angulação, enquadramento, iluminação, todos com conceituações no mínimo discutíveis e que seguramente trarão dificuldades de compreensão aos leitores. Demonstram em seguida o que é um roteiro e ilustram com uma lauda de televisão, mostram o que é um “story-board”, passam pela pós-produção, misturam com processos de gravação, utilização de microfones em som direto, montagem de uma equipe de realização, passam pela edição, abordam as técnicas de reportagem e finalmente terminam informando como localizar firmas prestadoras de serviços.

O capítulo quarto trata da *Formação Profissional de Vídeo*. Inicialmente abordam o processo de formação eletrônica da imagem, a substituição dos tubos pelos CCDs, definem conceitos de temperatura de cor, o que é um telecine e apresentam alguns termos técnicos em inglês. Em seguida, apresentam novamente os formatos de fitas e equipamentos, desta vez mais detalhadamente. Para terminar, definem características e usos das objetivas, áudio Hi-Fi em vídeo-cassete e sistemas de auto-focus.

O livro termina com o quinto capítulo que trata de Computação Gráfica. Apresentam o ADO (equipamento de produção de efeitos visuais da Ampex), dão alguns termos específicos da linguagem de computação gráfica e abordam o vídeo de alta definição (HDTV). Finalmente dão dicas de como avaliar equipamentos na hora da compra e as atenções necessárias para detectar disfunções dos equipamentos e terminam com abordagem sobre o que é e como funcionam os TBCs.

Entendemos que uma abordagem das peculiaridades tão específicas como no caso do vídeo e mesmo da televisão deveriam merecer atenção mais didática, função básica a que se destina a obra em análise. No final, resta a sensação do enorme esforço dos autores na tentativa a que se determinaram mas, para quem não está familiarizado com os veículos, algumas dúvidas podem comprometer o inegável valor do livro. Entendemos que falta desenvolvimento para uma adequada pedagogia do meio de expressão cinética televisiva que é o vídeo e a televisão.

S. Squirra
Universidade de São Paulo

Fotografia do Radiojornalismo

ORTRIWANO, Gisela Swetlana (org.) — *Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais*. São Paulo, COM-ARTE, 1987, 136 pp.

Constituído por dez monografias apresentadas por professores participantes do II Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Jornalismo, promovido pelo Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, em 1986, e contando com

um texto introdutório da organizadora, o livro fornece uma visão da problemática do radiojornalismo em diversas regiões do país. E o panorama não é dos mais alentadores: desde a ausência de jornalismo nas emissoras de Florianópolis até o uso do rádio com funções eleitorais, como no caso do Pará, onde sete radialistas se elegeram para a Assembléia Legislativa e para a Câmara de Vereadores. Merece ressaltar a Rádio da Universidade Federal de Goiás que, embora enfrentando dificuldades as mais diversas, prossegue buscando alternativas para um uso mais adequado do rádio. Algumas mais descritivas, outras mais analíticas, as monografias apresentam um quadro, em geral, de ausência de um radiojornalismo mais sério.

Gisela Ortriwano faz, na introdução do livro, um apanhado muito oportuno sobre o mau aproveitamento que vem sendo feito do veículo, apresentando a situação do rádio em números e estudando criticamente as causas do fenômeno. Para ela, um dos principais motivos está no atual sistema de exploração da radiodifusão que ao privilegiar interesses políticos, deixa em segundo plano o interesse social e a competência. A autora vai mais além analisando, ainda, a forma de atuação das emissoras pertencentes a políticos, entidades religiosas, empresários de comunicação e ao estado, bem como o papel a ser desempenhado pelas escolas de comunicações. Como sugestão, aponta a necessidade de investir mais no rádio, tanto financeiramente como através da reformulação do sistema de concessões e na formação de profissionais, enfatizando, também, que as emissoras estatais devem cumprir o seu papel de utilização social e que as comerciais, por sua vez, tenham um interesse efetivo na comunicação. Lembra, ainda, a necessidade de canais de uso comunitário que produzam e

difundam mensagens "da e para a comunidade".

Ao final, há uma "Carta do Rádio-jornalismo", contendo doze propostas oriundas de sugestões dos professores participantes do curso, visando o aperfeiçoamento do ensino de jornalismo de rádio no Brasil. Trata-se, portanto, de um livro de interesse para professores, radialistas, pesquisadores e alunos de Jornalismo, mas que não exclui outros interessados nessa área de estudo.

Doris Fagundes Haussen
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

A Montagem Como Totalidade do Filme

LEONE, Eduardo e MOURÃO,
Maria Dora — *Cinema e Montagem*. São Paulo, Editora Ática,
1987, 84 pp.

Propõem os A. a discussão da montagem como um todo no âmbito da expressividade fílmica, a partir de alguns pressupostos bem delineados: a idéia da modernidade no cinema, a influência que sobre ele exercem as outras artes, a consideração do filme como processo criativo orgânico. Discutem as relações entre cinema e tradição narrativa, destacando as semelhanças entre o filme sonoro e o gênero dramático, as diferenças entre filme e espetáculo teatral, a aplicação do conceito lingüístico de metonímia ao universo da teoria cinematográfica. A idéia básica do texto é a de que a montagem é a articulação de três etapas distintas na elaboração de um filme e não apenas um momento isolado. Nesse sentido, ela está presente no roteiro (a *peça cinematográfica*), na filmagem (a *encenação da peça*) e na edição (a *montagem propriamente dita*).

Ênfase particular é dada aos conceitos de espacialidade e de temporalidade, incluídos em noções como as da "geografia da tomada", "tempo diegético", totalidade do conjunto espaço/tempo/ritmo. Cada articulação de texto é apoiada em aportes teóricos (Pudovkin, Eisenstein, Bazin, Pasolini) e na citação de filmes (de Hitchcock, Coppola, Welles, Antonioni). Essa visão totalizadora do fenômeno da montagem converge para uma redefinição do papel do montador em função da estrutura do filme e das intenções estilísticas do diretor.

Este atento estudo sobre montagem, que Eduardo Leone e Maria Dora Mourão escrevem a quatro mãos, está dimensionado por dois fatores principais: a evidente opção didática, na qual ambos revelam sua fase de professores habituados a discutir com os alunos, e a limitação do espaço, dentro da linha da série "Princípios", editada pela Ática. A partir dessas opções de síntese e de clareza, o texto articula teorias, história do cinema e informações técnicas, numa defesa coerente da tese de que a montagem está presente em todas as etapas da construção de um filme. A proposta pedagógica dos A. justifica o uso de repetições e até de redundâncias que, em outro contexto, surgiriam como defeitos. É o caso dos conceitos de espacialidade e de temporalidade, expostos no trecho sobre a elaboração do roteiro e retomados quando se aborda a fase do enquadramento pela câmera. É ainda discutível a premissa de que a consideração do filme como um todo seja "ousada" e "polêmica". Foi certamente polêmico Paulo Emilio Salles Gomes, no início dos anos 60, quando definiu o cinema como "teatro romancado ou romance teatralizado", focalizando o conceito da justaposição de camadas de significação que, hoje em dia, está presente no entendi-

mento do objeto fílmico como convergência de códigos heterogêneos. A par dessa confluência de linguagens, a "interdependência das texturas geradas pelo processo fílmico, dada pela montagem como um todo" (p. 21) é fato que não passa hoje despercebido ao espectador mais atento. Lembro a dificuldade que encontram os jurados de um festival de cinema quando devem distinguir um filme como o de "melhor montagem". A rigor, essa premiação deveria incidir sempre sobre o "melhor filme", a não ser que se queira entender a montagem apenas nos seus aspectos puramente técnicos ou de habilidade artesanal.

Valor indiscutível que encontro em *Cinema e Montagem* é a precisão com que alguns conceitos são expostos. É o caso do tópico sobre tempo seqüencial e tempo interseqüencial (p. 42) ou da distinção entre plano cinematográfico e plano fílmico (p. 61), assim como "o entendimento do fotograma como instância em que se definem traços distintivos do fotográfico" (p. 65), afirmação que retoma a sempre oportuna teoria de Roland Barthes. Nessa mesma vertente, para dar mais um exemplo, o capítulo específico sobre montagem começa com um resumo bem estruturado da prática cinematográfica e das idéias dos mestres soviéticos, Pudovkin e Eisenstein. Dentro da predominância de aspectos tão positivos, entendo que somente a dificuldade de se escrever um texto em parceria pode explicar algumas ambigüidades, encontradas aqui e ali. Assim, embora seja evidente que a importância do roteiro se acentuou com o advento do som e do diálogo, parece-me exagerado afirmar que "no cinema mudo, a problemática do roteiro era quase inexistente" (p. 19). Soa ainda contraditória, talvez por estar expressa de forma por demais condensada, a afirmação de que a montagem, "ao privi-

legiar os traços deste ou daquele fotograma", destrói "as formas do visual fotográfico anterior" (p. 59), atribuindo-se à edição um poder bem em desacordo com sua defendida assimilação entre os demais fatores constituintes de um filme. Soa também quase ingênua a insinuação de que qualquer projecionista, perguntado sobre o início do cinema, diria que ele "começou com a chegada do trem na estação" (p. 33). Ao discutir tais aspectos inclino-me, no entanto, a entendê-los como elementos instigadores da reflexão do leitor, interpretação que leva em conta a proposta didática dos autores. Nessa perspectiva, é evidente que a frase: "Salvaguardados pela sinédoque, entendida como figura inclusa no eixo da metonímia, percebemos que organizar planos, com uma lógica interna, passa a ser a função primeira da montagem" (p. 14), cumpre a função de estimular o estudante a desenvolver uma pesquisa mais extensa e mais matizada sobre o assunto.

Pela correção da proposta global e pela vivacidade do estilo, o livro de Eduardo Leone e Maria Dora Mourão destaca-se à primeira vista como texto de iniciação de alto nível, não apenas oferecendo informações essenciais sobre a montagem cinematográfica mas também abrindo perspectivas para uma abrangente investigação sobre o tema.

José Tavares de Barros
Universidade Federal
de Minas Gerais

O Jornalismo no Rádio: Jovem Pan

PORCHAT, Maria Elisa — *Manual de Radiojornalismo* (JOVEM PAN). São Paulo, Brasileira, 1986, 205 pp.

O manual de radiojornalismo, do título, é precedido por um histórico

da Rádio Jovem Pan, onde a autora do livro trabalha. Para Maria Elisa Porchat a trajetória da Jovem Pan simboliza a evolução do rádio no Brasil em sua segunda fase (dos anos quarenta até hoje).

No início a Panamericana, inaugurada em 1944, baseou sua programação em jornais radiofônicos, radionovelas, shows de auditório e esporte. Dois anos depois ela passou a dedicar a maior parte do seu espaço às transmissões esportivas, um período de grande sucesso, mas que com o passar do tempo, exigiu renovação. A televisão na década de cinquenta ocupa o espaço tradicional do rádio e faz com que este veículo tome novos rumos. A Rádio Panamericana, no começo dos anos sessenta, ocupava um dos últimos lugares da audiência. "A emissora dos esportes", como ela era conhecida, planejou cobrir o espaço existente na área de informação em rádio e acrescentou um novo elemento: o serviço de utilidade pública. O seu perfil de uma rádio jornalística se consolidou e foi sendo aperfeiçoado com uma maior agilidade na transmissão, e participação, dos fatos.

A autora relata algumas das campanhas que a Rádio Jovem Pan participou, como exemplo de uma emissora de rádio prestadora de serviços à comunidade por ela atingida, a cidade de São Paulo. Esse serviço de utilidade pública tem como ponto alto o envolvimento da Jovem Pan no socorro às vítimas do incêndio do edifício Andraus, em fevereiro de 1977.

A segunda parte do livro, "Da pauta à locução", mostra todas as etapas que passa a notícia até que seja levada ao ar. Com os conselhos e recomendações do manual da rádio para a datilografia do texto e edição das entrevistas gravadas. No item locução a autora acrescentou algumas recomendações de fonoaudiólogos.

Depois da locução um capítulo sobre a linguagem de rádio. Depoimentos de professores universitários e de membros da Academia Brasileira de Letras, sobre como devemos falar no rádio, e exemplos com as principais dúvidas gramaticais de locutores e redatores. Na última parte do livro, um vocabulário com expressões radiofônicas e termos técnicos do meio.

A importância do Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan para os estudantes e profissionais de rádio é semelhante a que o Manual de Redação da *Folha de S. Paulo* tem para o pessoal da área de impresso. A Rádio Jovem Pan é a emissora que mais investe em radiojornalismo no Brasil e é a mais ágil e dinâmica no setor. Para as pessoas com alguma noção de rádio o manual é um ótimo tira-dúvidas, pena que ele não esteja organizado de uma forma mais racional ou siga algum critério explícito de organização, como o manual da *Folha*.

O livro, como um todo, manual e partes anexas, é uma colcha de retalhos onde se amontoam informações úteis com outras totalmente dispensáveis. Na primeira parte, além do histórico da Jovem Pan, temos alguns relatos de campanhas da rádio que parecem publicidade institucional da empresa: "Em março de 69, dez mil estudantes concorreram, no Ginásio do Corinthians, a mil bolsas de estudo Jovem Pan-Objetivo". A autora se detém na exemplificação de outras campanhas semelhantes a essa, extrínsecas a um manual de radiojornalismo.

Os depoimentos dos acadêmicos e professores estão meio perdidos dentro da estrutura do texto. Uma hora eles ilustram exemplos, outra eles estão encadeados iniciando um capítulo. Quando acabamos de ler o livro, fica a impressão de um texto editado às pressas, sem uma revisão que unifique e distribua as

suas partes componentes dentro de um critério de importâncias mais objetivo.

Maurício Nogueira
Universidade Federal
do Espírito Santo

Democratização da Radiodifusão

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio e MASAGÃO, Marcelo — *Rádios Livres — A Reforma Agrária no Ar*. São Paulo, Brasileira, 1986, 200 pp.

Muito discutida tem sido a democratização dos meios de radiodifusão. É sobre esse assunto que a obra *Rádios Livres — a reforma agrária no ar*, trata em seus capítulos.

O livro começa mostrando que poucas pessoas tiveram do regime militar privilégios no sentido de utilizar as faixas de onda em rádio e televisão.

De acordo com os autores, o estágio atual da tecnologia permite a possibilidade de pequenos grupos com o mínimo de recursos emitir sinais de rádio e televisão. O momento é favorável para uma participação efetiva da comunidade. Contudo é necessário organizar, estabelecer um mínimo de programas produzidos no próprio local e limitar o espaço das redes.

A leitura se torna mais atraente quando os autores passam a abordar o movimento das rádios livres, iniciado na Itália em 1975, com o propósito de perfurar o monopólio estatal das telecomunicações, através de emissões de rádio. É justamente neste capítulo que são esclarecidas as diferenças das Rádios Piratas, Periféricas e Livres muito confundidas.

Outro aspecto curioso levantado para os aficionados do meio é a crise do monopólio estatal

na Europa, que começa no âmbito da televisão. É justamente após a tentativa frustrada da Itália em colocar a TV por cabo, que as rádios livres começaram a acontecer na prática.

Nas conquistas de oportunidade das rádios livres, os autores não deixaram de mencionar o caso da Rádio Verte, que na França gerou grande repercussão. Esse caso se deu quando um canal de televisão apresentava os resultados do segundo turno das eleições municipais e num dado momento, Brice Lalonde, um dos idealizadores das rádios livres, ligou um receptor de rádio diante das câmeras e colocou a Rádio Verte no áudio da TV para surpresa de 15 milhões de pessoas.

O estudo revela a importância estratégica de alguns países com a utilização das rádios livres, principalmente os latino-americanos, como o bando de rebeldes de Fidel Castro e Che Guevara, os guerrilheiros de El Salvador e dos Sandinistas da Nicarágua. Os autores nessa etapa relatam a forma como Che Guevara via o Rádio. Para "Che", o rádio significava instrumento de combate e arma eficiente para as conquistas.

Em relação às Rádios Mineiras da Bolívia, foram selecionados alguns trechos de uma entrevista que Jorge Mancilla Romero deu aos jornalistas Hector Schmucler e Orlando Encinas. Trata-se de uma síntese do processo de construção das rádios mineiras daquele país.

Sobre El Salvador são discutidos o controle regido pelas autoridades sobre as rádios. Pela penetração eficaz as rádios se tornam objetivos militares.

A televisão é discutida sobre o aspecto de que há necessidade de repensá-la. Nessa etapa da obra são apresentados os objetivos e os momentos da tentativa de Sorocaba colocar no ar, em 1985, uma TV Livre.

Para finalizar, o livro traz a cronologia de Rádio Alternativo, a forma técnica para se instalar um transmissor e o Código Brasileiro de Telecomunicações.

É um livro muito interessante, principalmente para os estudiosos do assunto Rádios e TVs livres.

Pascoal Luiz Tambucci
Universidade de São Paulo

Disco e Alienação

CORRÊA, Tupã Gomes — *Mercado da Música: Disco e Alienação*. São Paulo, Expert, 1987, 100 pp.

Sinto um prazer enorme em escrever sobre esta publicação do mercado da música que em denúncia trovejante e nacionalista tupanciretana o autor não parte da produção qualitativa de apreciação de um especialista, nem da descrição mecânica e funcionalista da produção de discos no Brasil.

Sua metodologia e sustentação teórica de análise, advinda das experiências acumuladas nas disciplinas ministradas na ECA/USP "Produção de Discos/Recursos Audiovisuais" (1976) e "Estrutura Fonográfica", permitem a observação de dados na história serem vistos a partir da história. A transição da comercialização dos discos do triângulo da boca do lixo (Av. São João/Duque de Caxias/Ipiranga, 1979), para os LSDs dos "shopping centers" (Iguatemi/Eldorado/Morumbi, 1984), descrevem a lógica da indústria do disco comprometida com a organização das gravadoras, artistas, disc-jockeys, paradas de sucesso como personagens montadas para o desenvolvimento do consumo desenfreado. Não existe nenhum tipo de comprometimento com o registro cultural. E sim o baixo custo de produção-venda em massa, na escala internacional do capital

pela difusão de valores importados dos maneirismos. 50% da obra constitui-se de tabelas que são expostas em disposições enriquecedoras e desmistificadoras como a Rádio Globo AM/FM, difundindo 92,5% de música brasileira, e Antena Um, com 82,1% de repetições de músicas estrangeiras. Com isto evidencia-se a abolição da concorrência entre lançamento nacional e internacional de discos, visto que para cobrir financeiramente um lançamento nacional tem-se que vender por volta de 12.000 cópias e para a música estrangeira bastam 5.000 discos. O Brasil constitui-se no quinto mercado de consumo, apesar de possuir 17% como classe média. No Brasil, o "long-play" é mais vendido do que os "compactos", na Europa, apesar de seu preço unitário.

Outra constatação interessante da pesquisa é observarmos a trajetória das "paradas de sucesso" do disco gerando um filme e posteriormente o livro, no caso de Teixeira (Coração de luto) que vendeu 500 mil cópias com o gênero da música sertaneja na década de 60 em oposição aos anos 80, onde o livro gera a telenovela/filme e por último o disco. Das roupas de cow-boy e cabeleira estilo hippie na música sertaneja como mistura da influência estrangeira à uma pieguice tipicamente brasileira, Roberto Carlos, o novo astro, prepara o público da MPB para a música estrangeira. Do Festival show ao Fast val Consumo.

"Disco: consumo e alienação", é o capítulo que nos permite ter uma visão totalizante do mundo, sendo o disco reflexo e reflexão. Recordando a Koellreutter podemos extrair de Tupã que vivemos numa época de excesso de informação. O que falta é uma penetração sistemática no conteúdo do conjunto dessas informações. Consciência humana como um processo individual. Nós somos participantes de

uma só consciência que é mundial, é da humanidade. O disco com a música apresenta uma linguagem que nega tudo que é concreto, que é material.

Tupã também editou SONSGRAV, bibliografia técnica complementar do curso Produção de Discos, onde já mostrava os primeiros passos nessa visão crítica e interdisciplinar da Comunicação. Também participou do n.º 12 dos Cadernos de Jornalismo e Editoração ECA/USP.

De seus trabalhos, podemos concluir que as multinacionais dos discos dificultam o acesso à cultura, pela monopolização do mercado. Outrossim, as gravadoras brasileiras menosprezam, de modo geral, o aspecto cultural do disco porque lança-o sem planejamento que dimensione a real necessidade de sua existência. A questão da música erudita é uma questão de hábito, motivação e condicionamento. Haja visto o lançamento da Editora Abril com sucesso relativo de discos e fascículos, apesar de erros grosseiros de marketing no lançamento da coleção. Os out-doors da campanha eram baseados num copo de cerveja sobre a mesa de bar da Lapa, dando a idéia de baixo nível para o segmento planejado.

A faixa mais trabalhada, ou melhor, "quando ouvir é a questão", dissecava o fetiche e sexualidade da aquisição como prazer transitório. Satisfação aparente. Uma necessidade sófrega de consumo estabelecida fora da capacidade real dos salários, procura de saciedade de uma necessidade provocada.

Como diz Adorno, a Indústria Cultural tem educado suas vítimas para evitar-lhes todo esforço no tempo livre que destinam ao consumo dos bens espirituais que lhes fornece, elas se aferram com tenacidade ainda maior à aparência que apaga a essência.

Alceu A. da Costa
Universidade de São Paulo

A Diagramação Sem Segredos

COLLARO, Antonio Celso —
Projeto Gráfico — Teoria e Prática da Diagramação. São Paulo, Summus Editorial, 1987, 107 pp.

A obra de Celso Collaro reúne em doze capítulos, de modo sintético e objetivo, os caminhos da produção gráfica de uma peça impressa, seja ela jornal, revista ou livro.

Inicia com os princípios da diagramação através das leis composições de um *layout*. As noções de equilíbrio, unidade, ritmo e harmonia são destacadas pela importância do entendimento desses elementos indispensáveis, diretamente relacionados com o espectro visual de uma página impressa, que tem como objetivo principal aproximar a racionalidade com o funcional e o estético.

As noções fundamentais das Artes Gráficas são apresentadas de modo resumido, fartamente ilustradas, iniciando pela tipologia, tipometria, com destaque especial à preparação de originais para a composição gráfica a nível de produção industrial, elemento indispensável dentro de um rígido esquema de padronização gráfica.

Toda essa iniciação na complexa arte da produção gráfica tem como objetivo fornecer os elementos necessários na estruturação de uma peça impressa. Para os não iniciados na área serve como uma breve orientação sobre todos os caminhos que deverão ser percorridos até chegar ao ato da diagramação propriamente dita. Essas noções elementares de Artes Gráficas, bem como o domínio das técnicas de produção gráfica são imprescindíveis para quem deseja a profissionalização nessa área especializada. seja ela apenas como função

técnica, mas sobretudo ao jornalista-diagramador, que tem a obrigação de dominar seguramente suas funções jornalísticas e ao mesmo tempo técnicas de um bom produtor gráfico.

Considerada como uma das disciplinas mais temidas e ao mesmo tempo desprezadas no ensino do jornalismo, pelos alunos, nas universidades brasileiras, a diagramação carrega o estigma e a fama de ser apenas uma área técnica, considerada de pouco interesse pelo alunato, ávido por escrever. Mas no momento em que o aluno ou jornalista profissional precisa dela (e como precisa...) tenta dominá-la o suficiente como "quebra-galho" para atender uma emergência de fechamento para determinado jornalzinho arranjado por algum amigo e tirar o sufoco alguns trocados para as necessidades mais urgentes.

Conversa fiada dizer que jornalista tem como função apenas escrever. O jornalista precisa conhecer tudo: escrever bem, diagramar e fotografar da melhor forma possível. É necessária a especialização. Collaro, tenta desmistificar a difícil e complicada tarefa de diagramar através da simplificação e racionalidade. Ensina como se chegar ao cálculo do texto e a utilização precisa dos tipos da titulação e dos textos. Nesta parte técnica o iniciante precisa de treinamento técnico: exercício. É importante praticar para se ter o domínio da técnica; do mesmo modo que um músico se exercita com o seu instrumento ou o redator desenvolve o seu raciocínio e o encadeamento das idéias, no texto.

Atento a todas essas preocupações, Collaro destaca um capítulo especialmente à diagramação de livros, especificando tecnicamente todos os caminhos que levam ao domínio total de sua produção gráfica e industrial. Identifica não apenas os elementos que servirão como conteúdo da obra bem como

o cálculo desses elementos e definições técnicas dos variados formatos, auxiliadas por ilustrações.

Outra preocupação de Collaro é a especificação técnica dos chamados *House Organs* e os tipos de diagramação característicos desse segmento do jornalismo empresarial. A grande quantidade de ilustrações e o detalhamento técnico das partes que compõem um *House Organ* dá um toque didático, cujo objetivo é acabar as dúvidas daqueles que desejam ou estejam trabalhando nessa área.

Um capítulo que merece especial atenção é que ele define como "moderno desenho de tablôides". Mais uma vez as ilustrações auxiliadas pelo texto simples e objetivo retratam com clareza as mais variadas formas de diagramação que podem ser utilizadas com melhor precisão nesse tipo de formato de jornal. Suas características técnicas e visuais diferem dos *House Organs* bem como do formato *standard*, utilizados na imprensa diária.

Nos últimos capítulos ele tenta diferenciar diagramação e paginação e o seu uso nos diferentes formatos bem como a sua aplicação adequada nos variados tipos de jornais, sejam eles *House Organs*, tablôides, matutinos e vespertinos.

Finaliza, chamando a atenção sobre a importância da retrancagem, isto é, a codificação técnica dos originais e diagramas para que a produção gráfica obtenha o resultado desejado. Mostra os principais sistemas de impressão e o detalhamento técnico quanto ao uso do papel, atuando como suporte na reprodução de peças impressas.

Em toda obra de Antonio Celso Collaro é visível a sua preocupação em reunir de modo mais resumido possível todos os caminhos que levam ao ciclo completo da produção gráfico-industrial quando da elaboração de uma peça impressa. Sua vasta experiência profissional na

área das Artes Gráficas fez com que ele reunisse, em linguagem telegráfica, uma síntese dessa complexa arte em apenas 100 páginas. Contudo, por se tratar de um assunto técnico, alguns capítulos deixaram a desejar, exatamente por essa extrema necessidade de sintetizar, ficando seus elementos decifráveis apenas aos iniciados na área, carecendo de um melhor aprofundamento, questionando e provocando reflexões para aqueles que dominam alguma técnica, sem se perder na superficialidade, linguagem adequada aos não iniciados no setor.

Nota-se, também, uma certa desordem didática quanto à sequência dos assuntos em capítulos e os seus subtemas, causando confusão no ordenamento e raciocínio sobre os assuntos. Dessa forma, vários capítulos foram enxertados com elementos técnicos que poderiam ficar agrupados nos capítulos iniciais quando ele trata essencialmente das noções elementares das Artes Gráficas.

De qualquer modo, essas digressões técnicas que trazem certo pre-

juízo à didática, especialmente, quando se trata de uma obra que tem como objetivo atingir um público segmentado, não chegam a comprometer de modo negativo a qualidade do livro. Seu valor é inestimável. Principalmente em se tratando de Brasil onde a literatura específica na área de Artes Gráficas e do Jornalismo Gráfico ainda é capenga, fazendo com que os poucos interessados na área recorram a mercados externos, à procura de conhecimentos básicos e atualização técnica no setor. Isso, sem considerarmos as barreiras lingüísticas.

O livro de Collaro é bem-vindo ao pequeno grupo de obras de autores nacionais que se interessam por essa área técnica, propiciando aos estudantes das áreas de comunicação social e visual, bem como aos demais interessados, caminhos mais curtos em busca dos conhecimentos que necessitam no aprimoramento profissional.

Rafael Souza Filho
Instituto Metodista de
Ensino Superior